

SUMÁRIO

NOTA DOS AUTORES À 2ª EDIÇÃO	XVII
CAPÍTULO I — NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1. Conceito de Direito Penal	1
2. Funções do Direito Penal	6
a) Função de proteção ou tutela	6
b) Função de garantia	8
3. Características do Direito Penal	9
a) Posição enciclopédica	9
b) Caráter valorativo	9
c) Caráter predominantemente subsidiário e excepcionalmente constitutivo	10
d) Natureza fragmentária	11
e) O Direito Penal como ciência	12
4. Relações do Direito Penal com Outros Ramos do Direito e Disciplinas Auxiliares	12
5. Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	14
6. Breve Histórico do Direito Penal Brasileiro	16
a) Período Colonial	16
b) O Código Criminal do Império	18
c) O Código Republicano de 1890 e a Consolidação das Leis Penais de 1932	19
d) O Código Penal de 1940	21
e) As Reformas do Código Penal de 1940	22
7. Bases Constitucionais do Direito Penal: garantias constitucionais positivas e negativas.	24
8. Princípios Constitucionais Penais Legitimadores	31
a) Princípio da proteção penal eficiente dos direitos fundamentais	31
b) Mandados Constitucionais de Criminalização	35
c) Mandados Constitucionais de Tratamento Penal Diferenciado.	37

9. Princípios Constitucionais Penais Limitadores	37
a) Princípio da Legalidade ou Princípio da Reserva Legal (art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal)	38
b) Princípio da Anterioridade da Lei Penal	43
c) Princípio da Taxatividade	44
d) Princípio da Aplicação da Lei Mais Favorável (art. 5º, XL, da Constituição Federal)	44
e) Princípio da Responsabilidade Subjetiva (culpabilidade) ou Pessoal (art. 5º, XLV, da Constituição Federal)	46
f) Princípios da Intervenção Mínima e da Necessidade	48
g) Princípios da Ofensividade (lesividade) e da Adequação Social	51
h) Princípio da Insignificância	52
h) Princípios da Proporcionalidade e da Individualização das Penas	61
i) Princípio da Dignidade Humana	63
Capítulo II — A Norma Penal e sua Interpretação.....	65
1. Fontes do Direito Penal.....	65
2. Norma Penal: Conceito. Classificação. Norma Penal em Branco	67
3. Interpretação da Lei Penal	72
4. Analogia	79
Capítulo III — Aplicação da Lei Penal no Tempo	81
1. Extra-atividade da Lei mais Benéfica.....	81
2. Conflitos de Leis Penais no Tempo	84
3. Combinação, Fracionamento e Aplicação Parcial de Leis Penais.....	88
4. Lei Posterior que Altera os Elementos do Tipo	90
5. Leis Penais Excepcionais e Temporárias.....	92
6. Retroatividade e Normas Penais em Branco.....	94
7. Tempo do Crime.....	95
Capítulo IV — Aplicação da Lei Penal no Espaço	97
1. Introdução.....	97
2. Princípios Reguladores da Eficácia da Lei Penal no Espaço	99
a) Princípio da territorialidade.....	99
b) Territorialidade e Lugar do Crime	102
c) Princípio da nacionalidade	105
d) Princípio da defesa.....	105
e) Princípio da justiça universal.....	106
f) Princípio da representação	106
3. Extraterritorialidade.....	106

Capítulo V — Aplicação da Lei Penal em Relação às Pessoas	111
1. Noções Introdutórias	111
2. Imunidades Diplomáticas.....	112
3. Imunidades Parlamentares.....	118
a) Imunidade Material	118
b) Imunidade Processual.....	122
c) Imunidade Prisional	126
d) Imunidade de Prestar Testemunho.....	128
e) Prerrogativa de Foro	129
f) Imunidades de Deputados Estaduais e Vereadores.....	130
4. Extradicação	131
Capítulo VI — Conflito Aparente de Normas Penais	135
1. Introdução.....	135
2. Critérios e Princípios Solucionadores do Conflito Aparente de Normas	137
a) Prevalência dos Critérios Hierárquico e Cronológico	137
b) Princípio da Especialidade	139
c) Princípio da Subsidiariedade.....	141
d) Princípio da Consunção.....	143
e) Princípio da Alternatividade	148
Capítulo VII — Disposições Finais sobre a Aplicação da Lei Penal	151
1. Eficácia de Sentença Estrangeira	151
2. Contagem de Prazo	153
3. Frações Não Computáveis da Pena.....	154
4. Legislação Especial.....	154
Capítulo VIII — Teoria do Delito Noções Preliminares	157
1. Importância da Teoria do Delito e sua Utilidade Prática	157
2. Ilícitos Extrapenais e Ilícitos Penais: Crime, Delito e Contravenção Penal	159
3. Conceitos de Crime: Conceito Formal, Conceito Material e Conceito Analítico.....	160
Capítulo IX — Fato Típico: A Conduta	165
1. Teorias sobre a Conduta.....	165
a) Teoria causal-naturalista.....	165
b) Teoria finalista da conduta	167
c) Teoria social da conduta	168

2. Elementos da Conduta e Ausência de Conduta.....	174
3. Modalidades de Conduta.....	176
Capítulo X — Fato Típico: O Resultado	185
1. Conceito Naturalístico e Conceito Normativo de Resultado.....	185
2. Espécies de Resultado: Crimes de Dano e Crimes de Perigo.....	187
3. Classificação dos Crimes Quanto ao Resultado: Crimes Materiais, Formais e de Mera Conduta.....	189
Capítulo XI — Fato Típico: O Nexu Causal.....	191
1. Conceito de Causalidade	191
2. Teoria da Equivalência dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	193
3. O Art. 13, § 1º, do CP – Causa Superveniente Relativamente Independente	198
a) Causa Relativamente Independente e Causa Absolutamente Independente.....	199
b) A causa que “por si só” produz o resultado	200
c) As concausas e a imputação do resultado	202
4. Teoria da Causalidade Adequada	204
5. Teoria da Imputação Objetiva	205
Capítulo XII — Fato Típico: Tipo Penal e Tipicidade	209
1. Tipo Penal: Conceito e Funções	209
2. Classificação dos Tipos Penais	214
a) Tipos básicos e tipos derivados	214
b) Tipos simples e tipos mistos ou compostos.....	216
c) Tipos fechados e tipos abertos	218
d) Tipos normais e tipos anormais	219
3. Tipo objetivo: conceito e elementos.....	220
a) Núcleo do tipo	220
b) Sujeitos do crime	220
c) Objetos do crime: objeto jurídico e objeto material	223
d) Elementos descritivos modais.....	224
e) Elementos normativos	224
f) Elementos subjetivos específicos (elementos subjetivos do tipo).....	225
4. Tipo Subjetivo: o Dolo.....	227
5. Tipo Subjetivo: a Culpa	230
a) Fundamento da incriminação nos delitos culposos	230
b) Elementos do crime culposo	231
c) Compensação e concorrência de culpas	237
6. Crimes Preterdolosos.....	237
7. Tipicidade.....	239

a) Conceito de tipicidade.....	239
b) Tipicidade conglobante, antinormatividade e princípios da adequação social e da bagatela: crítica	240
c) Formas de tipicidade	256
Capítulo XIII — Fato Típico: Consumação e Tentativa.....	259
1. O Iter Criminis.....	259
2. Crime Consumado	263
3. Tentativa	265
a) Noção, elementos e espécies.....	265
b) Infrações penais que não admitem tentativa.....	266
c) Crimes omissivos e tentativa	269
d) Dolo eventual e tentativa.....	272
4. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz	273
5. Arrependimento Posterior.....	277
6. Crime Impossível.....	279
Capítulo XIV — Ilicitude e Causas de Exclusão.....	285
1. Conceito.....	285
2. Causas de Exclusão da Ilicitude: Espécies e Elementos	287
3. Estado de Necessidade	289
a) A existência de perigo atual e inevitável a um direito próprio ou alheio.....	290
b) Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado	292
c) Inexistência de dever legal do agente de enfrentar o perigo	293
d) Situação de perigo não provocada pelo agente	294
e) Elemento subjetivo	295
4. Legítima Defesa.....	296
a) Origens e fundamento do instituto.....	296
b) Elementos da legítima defesa.....	297
5. Estricto Cumprimento do Dever Legal.....	305
6. Exercício Regular de Direito.....	308
7. Consentimento do Ofendido	310
8. Excesso nas Causas de Exclusão da Ilicitude	311
Capítulo XV — Culpabilidade e Causas de Exclusão	315
1. Teorias sobre a culpabilidade	315
2. Imputabilidade e Causas de Exclusão	319
a) Conceito de imputabilidade.....	319
b) Causas que excluem a imputabilidade.....	320
3. Consciência Potencial da Ilicitude e Erro de Proibição.....	329
4. Exigibilidade de outra Conduta e Causas de Exclusão	330

a) Conceito de exigibilidade de conduta diversa	330
b) Coação moral irresistível	333
c) Obediência hierárquica	335
Capítulo XVI — O Erro penal	337
1. Introdução	337
2. Teorias Relacionadas à Disciplina do Erro	342
3. Erro de Tipo	346
a) Erro sobre as elementares do tipo penal	346
4. Discriminantes Putativas	352
5. Erro de Proibição	358
a) Consciência da Ilícitude	358
b) Consciência da Ilícitude e Ignorantia Legis	360
c) Consciência Potencial da Ilícitude	362
d) Espécies de erro de proibição: erro de proibição inevitável e evitável	366
e) Espécies de erro de proibição: erro de proibição direto, indireto e de mandamento	370
6. Erro sobre as Excludentes de Culpabilidade	373
7. Erro sobre as Causas de Aumento e de Diminuição e sobre as Agravantes e Atenuantes	376
8. Erros Penalmente Irrelevantes	380
a) Erro sobre as excludentes de punibilidade	380
b) Erro sobre o nexo causal (aberratio causae)	381
c) Erro sobre o instrumento de execução	382
d) Erro sobre a pessoa (error in persona) e Erro na Execução (aberratio ictus)	383
e) Erro sobre o objeto (error in objecto) e Resultado diverso do pretendido (aberratio delicti)	385
f) Erro determinado por terceiro	387
Capítulo XVII — Concurso de Pessoas	389
1. Introdução	389
2. Natureza jurídica da norma do concurso de pessoas	390
3. Concurso eventual e concurso necessário de pessoas	391
4. Requisitos do concurso de pessoas	392
a) Pluralidade de concorrentes	393
b) Relevância causal	393
c) Liame subjetivo	394
d) Homogeneidade do elemento subjetivo (dolo) ou do elemento normativo (culpa)	395
e) Identidade de infração para todos	396
5. Distinção entre autor e partícipe	396
6. Espécies de concurso de pessoas	401
a) Coautoria	401
b) Participação	403

7. Momento de verificação da coautoria e da participação	404
8. Outros aspectos relevantes da participação	406
a) Fundamento da Punibilidade da Participação	406
b) Formas de Participação	407
c) Relevância Penal da Participação	409
9. Sancionamento penal em abstrato dos concorrentes	412
a) Participação de Menor Importância	414
b) Cooperação Dolosamente Distinta (Desvio Subjetivo de Conduta)	416
c) Exceção Pluralista	423
10. Concurso de pessoas nos crimes culposos	424
11. Concurso de pessoas em crimes omissivos	426
12. Comunicabilidade das circunstâncias e das elementares aos concorrentes.....	427
13. Autoria mediata	430
14. Autorias paralelas: autoria colateral e autoria incerta	432
Capítulo XVIII — Teoria da Pena	435
1. Introdução.....	435
2. Conceito de Pena	436
3. Fundamento e Finalidades da Pena	437
4. Características da Pena	446
5. Espécies de Pena.....	447
b) As penas de caráter perpétuo	449
c) As penas de trabalhos forçados.....	450
d) A pena de banimento	450
e) As penas cruéis	451
Capítulo XIX — Penas em Espécie: Penas Privativas de Liberdade	453
1. Penas Privativas de Liberdade.....	453
2. Sistemas de Cumprimento das Penas Privativas de Liberdade	456
3. Sistema Progressivo, Progressão de Regime e Regimes Penitenciários	458
4. Crimes Hediondos e Progressão de Regime	462
5. Regime Disciplinar Diferenciado	464
6. Direitos e Deveres dos Presos e Regime Especial para Mulheres	465
7. Detração Penal	467
8. Trabalho do Preso e Remição.....	469
9. Superveniência de Doença Mental.....	473
Capítulo XX — Penas em Espécie: Penas Restritivas de Direitos	475
1. Introdução.....	475
2. Substituição: Requisitos e Hipóteses	482
3. Crimes Hediondos, Tráfico de Drogas e Substituição.....	487

4. Espécies de Penas Restritivas de Direitos.....	489
a) Prestação pecuniária e prestação de outra natureza.....	489
b) Perda de bens e valores.....	493
c) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	495
d) Interdições temporárias de direitos.....	497
5. Descumprimento Injustificado e Conversão.....	501
Capítulo XXI — Penas em Espécie: Pena de Multa.....	505
1. Da Pena de Multa (conceito e histórico).....	505
2. Cominação e Limites da Aplicação.....	506
3. Multa Substitutiva.....	507
4. Pagamento e Execução da Multa.....	507
Capítulo XXII — Medidas de Segurança.....	511
1. Medidas de Segurança (Conceito e Fundamento).....	511
2. Espécies Aplicação e Execução.....	513
Capítulo XXIII — Aplicação da Pena.....	517
1. Individualização da Pena e Circunstâncias.....	517
2. Circunstâncias Judiciais.....	523
a) Culpabilidade.....	525
b) Antecedentes.....	527
c) Conduta social.....	528
d) Personalidade.....	529
e) Motivos.....	531
f) Circunstâncias.....	532
g) Consequências do crime.....	533
h) Comportamento da vítima.....	534
3. Circunstâncias Legais.....	535
a) Agravantes.....	536
b) Atenuantes.....	558
c) Causas de aumento e de diminuição.....	567
4. Cálculo da Pena.....	569
a) O critério trifásico.....	569
b) Fixação da pena-base (1ª fase).....	571
c) Fixação da pena provisória (2ª fase).....	576
d) Fixação da pena definitiva (3ª fase).....	580
e) Critérios especiais para o cálculo da pena de multa.....	582

Capítulo XXIV — Limites da Execução das Penas Privativas e Liberdade	585
Capítulo XXV — Concurso de Crimes	589
1. Definição	589
2. Sistemas de Punição em Caso de Concurso de Crimes	591
3. Critérios para Identificação do Concurso de Crimes	593
a) Unidade ou Pluralidade de Condutas	593
b) Unidade ou pluralidade de crimes	594
4. Espécies de concurso de crimes	597
a) Concurso material	597
b) Concurso formal	598
c) Crime continuado	599
Capítulo XXVI — Suspensão Condicional da Execução da Pena Privativa de Liberdade (“Sursis”)	617
1. Conceito e Natureza Jurídica	61705
2. Espécies de Sursis	607
3. Requisitos para a Concessão do Sursis	610
4. Condições Impostas ao Apenado	611
5. Revogação do Sursis	613
a) Causas de revogação obrigatória	613
b) Causas de revogação facultativa	614
6. Prorrogação do Período de Prova e Extinção da Pena	615
Capítulo XXVII — Livramento Condicional	617
1. Conceito e Natureza Jurídica	617
2. Requisitos para a Concessão	619
3. Condições do Livramento	625
4. Revogação do Livramento Condicional	627
5. Consequências da Revogação	630
Capítulo XXVIII — Efeitos da Sentença Penal Condenatória	633
1. Aspectos Iniciais	633
2. Efeitos Penais	634
3. Efeitos Extrapenais	637

Capítulo XXIX — Reabilitação.....	649
1. Histórico.....	649
2. Conceito e Natureza Jurídica.....	650
3. Alcance da Reabilitação.....	651
4. Requisitos.....	653
5. Procedimento.....	655
Capítulo XXX — Ação Penal	657
1. Conceito.....	657
2. Espécies	660
3. Princípios.....	664
a) Princípio da Oficialidade	662
b) Princípio da Indisponibilidade	663
c) Princípio da Obrigatoriedade.....	664
d) Princípio da Indivisibilidade	665
e) Princípio da Intranscendência.....	666
Capítulo XXXI — Extinção da Punibilidade.....	667
1. Punibilidade e Condições Objetivas de Punibilidade	667
2. Causas Extintivas da Punibilidade	672
a) Morte do Agente	673
b) Anistia, Graça, e Indulto	674
c) Abolitio Criminis	676
d) Prescrição e Decadência.....	677
e) Perempção.....	679
f) Renúncia do Direito de Queixa e o Perdão Aceito.....	680
g) Retratação do Agente.....	682
h) Perdão Judicial.....	684
3. Extinção da Punibilidade e Multiplicidade de Crimes.....	685
Capítulo XXXII — Extinção da Punibilidade: Prescrição	689
1. Aspectos Gerais.....	689
2. Espécies de Prescrição.....	690
a) Prescrição da Pretensão Punitiva.....	692
b) Prescrição da Pretensão Executória.....	705
3. Contagem do Prazo Prescricional.....	708
a) Início da Fluência do Prazo (termo a quo) da Prescrição da Pretensão Punitiva..	708
b) Início da Fluência do Prazo (termo a quo) da Prescrição da Pretensão Executória	711
c) Suspensão do Prazo Prescricional	712

d) Interrupção do Prazo Prescricional.....	716
e) Redução do Prazo Prescricional.....	727
4. Prescrição da Pena de Multa.....	729
5. Gráfico Analítico da Prescrição.....	731
Referências Bibliográficas.....	733